

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**VALDILENA DO CARMO DA SILVA ROMERO**

**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**  
**EM CURITIBA: RELACIONANDO FATOS**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Professora Msc: Maria Aparecida Zanetti.

CURITIBA  
2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ELEMENTOS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
EM CURITIBA: RELACIONANDO FATOS**

**CURITIBA  
2004**

## SUMÁRIO

RESUMO .....	iii
INTRODUÇÃO.....	02
1.BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NÍVEL NACIONAL .....	03
2. ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA .....	13
3. ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CURITIBA .....	19
4. LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	23
5. - ENFRENTANDO OS DESAFIOS DO FUTURO .....	27
REFERÊNCIAS .....	29

## RESUMO

As incertezas e conflitos que assolam a Educação de Jovens e Adultos atualmente são reflexos de políticas públicas estabelecidas através da história. Assim, faz-se necessário conhecer e estabelecer relações entre os fatos históricos para se obter uma visão mais clara sobre esta modalidade de ensino. Para se estabelecer tais relações, inicialmente, o presente trabalho faz um paralelo breve sobre a Educação de Jovens e Adultos e sua história tanto nacional como municipal. Em seguida, analisa como se encontra a Educação de Jovens e Adultos na Prefeitura Municipal de Educação de Curitiba em relação aos fatos históricos já estabelecidos. O desafio, portanto, está em perceber como se encontra organizada a EJA em Curitiba nos dias atuais, no que diz respeito ao atendimento administrativo e pedagógico, ofertado e organizado pela mantenedora, bem como pela própria unidade escolar que atende a população jovem e adulta não escolarizada ou precariamente escolarizada.

## INTRODUÇÃO

Chegamos ao século XXI e o número de brasileiros que não tem escolaridade, ou seja, não tem domínio da leitura e da escrita ainda é muito elevado. São atualmente quase 20 milhões de analfabetos absolutos e 70 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não atingiram o nível de escolarização mínimo constitucional, ou seja, o Ensino Fundamental.

Assim, podemos caracterizar o público que se destina a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como aqueles que, por algum motivo, e em determinado momento de suas vidas tiveram negado o direito a escolarização.

Segundo o Parecer nº 04/98, referenciado no Parecer CEB nº 11/2000 referente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, esta existe para suprir uma dívida social com aqueles que foram excluídos do processo escolar quer seja por necessidade de ingressar no mercado de trabalho ou por situações frustrantes de aprendizagem.

As políticas educacionais, tanto nacional, quanto estaduais ou municipais, necessitam direcionar-se para responder política e pedagogicamente as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que esta modalidade educacional atende um público jovem, adulto, idoso trabalhador não escolarizado ou precariamente escolarizado, fruto dos processos de exclusão constituídos historicamente na sociedade brasileira.

Dessa maneira o presente trabalho foi idealizado com o objetivo de analisar alguns elementos que interferiram na estrutura da Educação de Jovens e Adultos em

nível nacional, bem como elementos históricos da Educação de Jovens e Adultos na Prefeitura Municipal de Curitiba e sua relação com a formação desses jovens.

## **1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM NÍVEL NACIONAL**

“A educação de jovens e adultos sempre foi compreendida como um meio para a aquisição ou ampliação do conhecimento básico de competências técnicas e profissionais ou de habilidades sócio-culturais”. (HADDAD, 2000, p.108).

Isto posto, é interessante inicialmente abordar algumas questões sobre essa modalidade de ensino para entender como ela está organizada. Para tanto se apresenta um breve histórico onde são apontados alguns aspectos significativos sobre a Educação de Jovens e Adultos.

O trabalho educacional desenvolvido para atingir jovens e adultos no Brasil iniciou-se na época do período colonial e durante esse período era realizado por religiosos.

O trabalho que tais religiosos desenvolviam tinha como base principal a transmissão de normas de conduta, e o trabalho essencialmente pedagógico não era prioridade neste período da história.

Segundo Haddad (2000, p.108), o trabalho era desenvolvido inicialmente com os adultos indígenas e negros e, posteriormente, foi expandido aos colonos e seus filhos.

Com a expulsão dos jesuítas, que aconteceu em 1759, o trabalho com a educação de jovens e adultos deixa de ser encarado como prioridade. Esta expulsão

não afetou apenas os adultos e jovens, mas toda a organização do ensino, que até esta data havia se estruturado no Brasil.

A Constituição formulada por volta de 1824, segundo Haddad, garantia uma instrução primária gratuita para todos os cidadãos (HADDAD, 2000, p.109), onde podem ser incluídos jovens e adultos.

Os registros deste período, entretanto, mostram um descaso no cumprimento da Constituição, pois pouco ou quase nada foi realizado para que esta modalidade de ensino garantisse uma melhor aprendizagem para os alunos. Vale ressaltar, entretanto, que esse pouco ou quase nada, já citado, se deu devido ao grande esforço de algumas Províncias no trabalho não só com a Educação de Adultos como também com o Ensino Fundamental.

Em 1891 com a nova Constituição, já na Primeira República, o que acontece é algo que marca definitivamente o caráter da educação brasileira, pois se garante uma formação das elites em detrimento de uma educação para as camadas sociais marginalizadas. (HADDAD, 2000, p. 109).

O que se compreende com isto, é que a educação brasileira está hoje, apenas refletindo o caráter proposto desde suas origens, onde apenas uma parte da sociedade, ou seja, poucos jovens têm direito a educação enquanto que para grande parte da população pouco ou quase nada é garantido.

O caráter eliminatório da educação brasileira por sua vez não é o mais alarmante da Constituição de 1891, pois, nesta mesma Constituição os adultos analfabetos não tinham o direito ao voto e, portanto ficavam a margem do processo, uma vez que não podiam participar nem da escolha de seus governantes. Isto fica

evidenciado no texto onde Haddad (2000, p. 109) coloca que “a nova Constituição Republicana estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada”.

Beisiegel (1974) citado por Haddad (2000, p.110) afirma com precisão sobre o direito que o indivíduo tem de exercer sua cidadania.

[...] ao direito de educação que já se afirmara nas leis do Brasil, com as garantias do ensino primário gratuito para todos os cidadãos virá agora se associar da mesma forma como ocorrera em outros países, à noção de um dever educacional de preparar-se para o exercício das responsabilidades de cidadania.

Até o ano de 1920 a educação de jovens e adultos era praticamente considerada apenas como um pensamento pedagógico e, somente, a partir da década de 20 é que começou a elucidar uma pequena melhora em relação às políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos.

A Revolução de 1930, segundo Haddad (2000, p. 110) seria um marco na reformulação do papel do Estado no Brasil.

O que se procurou, com esta Revolução, foi superar a idéia de um Estado de Direito, que garantia direitos subjetivos, para começar a se pensar num Estado aberto a entender a problemática da educação, buscando compreender problemas de ordem econômica e também de ordem cultural. É na Constituição de 1934, que se promove o Plano Nacional de Educação que busca coordenar, fiscalizar e determinar qual é o papel e competência da União na área da educação.

No final dos anos 40, da Era Vargas, a Educação de Jovens e Adultos começa a ser encarada como um problema de política pública nacional. Ressalta-se que na Constituição de 1934 foram estabelecidas algumas regras, dentre as quais pode-se

salientar a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e integral e dessa forma os jovens e adultos poderiam estar sendo incluídos e recebendo tratamento particular.

Através dos recursos instituídos em 1942 no Fundo Nacional de Ensino Primário seria possível realizar um programa de ampliação da Educação Primária que pudesse incluir o ensino para adultos e adolescentes, sendo estabelecido para esse fim 26% dos recursos. Pode-se perceber com isso uma preocupação em estar alfabetizando e escolarizando as pessoas que até então haviam sido marginalizadas pela sociedade, mas afirma-se também um descaso para com os adultos e adolescentes excluídos das escolas quando se analisa os recursos a eles destinados.

O ano de 1945 é marcado pela criação do SEA - Serviço de Educação de Adultos - que buscou efetivar uma prática que verdadeiramente buscasse compreender os adultos e adolescentes analfabetos como indivíduos que possuem direitos e necessidades.

O trabalho essencialmente pedagógico estabelecido por esse programa tinha como objetivo preparar os jovens e adultos para o trabalho, buscando alfabetizá-los.

Esse Serviço se estendeu até o fim dos anos 50 com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Essa Campanha foi fundamental para que estados e municípios estabelecessem critérios para a Educação de Jovens e Adultos. Durante o período de 1940 e 1950 foram criadas diversas campanhas que fizeram cair os índices de analfabetismo (Haddad, 2000, p.111) que anteriormente a essas campanhas era de 72% e que em 1960 passou a ser de 46%.

Devido a esses fatores, o início dos anos 60 foi considerado pelos educadores como sendo o período de Luzes para a Educação de Jovens e Adultos, pois o que se

pensava em relação a esta modalidade de ensino, até tal momento da história, era que esses jovens e adultos seriam imaturos e ignorantes e que os conteúdos e encaminhamentos metodológicos deveriam ser os mesmos da Educação Infantil. Como já foi comentado, os anos 60, considerado como o período das Luzes para a Educação de Jovens e Adultos, começa com uma busca para superar tal situação surgindo assim à necessidade de um olhar diferenciado no trabalho pedagógico, bem como os conteúdos destinados aos jovens e adultos.

Isto ocorre, entretanto num período em que o Brasil passa por uma reformulação ideológica muito significativa, com o Movimento Nacional Desenvolvimentista, o Pensamento Renovador Cristão e a criação do Partido Comunista. Esses movimentos por sua vez, mudam as características dessa modalidade de ensino. Dentre as características mais marcantes, a principal é que ela passa a ser reconhecida como um forte instrumento de ação política.

Isto posto, foi atribuído a Educação de Jovens e Adultos a responsabilidade de resgatar os valores do saber popular valorizando-se desta forma a considerada cultura popular.

Quando se fala em cultura popular automaticamente se pensa em Paulo Freire, um dos maiores pensadores da nossa era que contribuiu muito para a expansão e melhoria da qualidade de ensino principalmente em relação à Educação de Jovens e Adultos.

Em 1963, no mês de setembro, aconteceu o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular cujo objetivo principal era oferecer oportunidade de troca de experiências entre os movimentos e discutir a possibilidade de se criar uma

coordenação nacional que acabou acontecendo com o apoio e aceitação de todos os participantes desse evento.

Já em janeiro de 1964, no Seminário Nacional de Cultura Popular, foi criada a Comissão Nacional de Cultura Popular, mas a mesma não chegou a ser oficializada pelo Governo Federal.

Paulo Freire se sobressaiu neste período por ter sistematizado um “Método” de Alfabetização de Adultos.

Paulo Freire, citado por Rosangela Guidelli, pensava em um “processo de ensino aprendizagem no qual o analfabeto fosse o sujeito e não o objeto de sua alfabetização; que desenvolvesse a impaciência, a vivacidade e pudesse, além de se alfabetizar, desenvolver uma consciência crítica que resultaria na ação e na reflexão verdadeira sobre a realidade” (GUIDELLI, 1996, p. 31).

Para Paulo Freire, o mais importante neste processo é o diálogo e para que exista diálogo precisa haver confiança entre o professor e o educador e neste caso em específico com o professor e o adulto analfabeto.

Como o pensamento de Paulo Freire se expandiu com facilidade, em 1964 ele passa a coordenar o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Mas três meses depois que ele assume este cargo o programa é extinto pelos militares devido a denúncia que o caracterizava como “perigoso e subversivo”, ou seja, consideraram que o seu “método” ameaçava o regime militar.

Diante de tanta dificuldade muitos movimentos foram sendo extintos, sobrevivendo apenas o MEB (Movimento de Educação de Base) em função do seu vínculo com a igreja.

O período militar, que se inicia em 1964, foi caracterizado como uma lacuna política. A educação de jovens e adultos na perspectiva, até então constituída, é deixada de lado durante este período, pois os programas estabelecidos foram cancelados e seus organizadores presos. O que se ressalta desse período militar é a repressão total. Esse golpe militar buscou acabar com as práticas educativas que evidenciassem um trabalho político-pedagógico voltado às camadas populares.

Para mascarar e dar resposta a essas camadas populares, o Governo estabeleceu ações que atendessem os interesses do modelo sócio-econômico do regime militar, dentre os quais se pode citar a criação do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização - em 1967 e a Lei 5692/71 que implanta o Ensino Supletivo.

O movimento mais conhecido, o MOBRAL, foi implantado com três características básicas:

- a) paralelismo entre os demais programas;
- b) organização operacional descentralizada, organizando representantes da comunidade para promover recrutamento, organizar espaços, etc;
- c) centralização da direção do processo educativo através da organização, execução, avaliação e também treinamento dos indivíduos para o trabalho.

Essas características, segundo Haddad, foram criadas para que o objetivo de controlar e doutrinar indivíduos acontecesse com maior êxito.

O Ensino Supletivo foi considerado como o maior desafio proposto aos educadores brasileiros na Lei 5692/71, visando evidenciar uma nova concepção de escola, bem como uma nova linha de escolarização. Assim, o Ensino Supletivo tinha como objetivo “recuperar o atraso, reciclar o presente” (HADDAD, 2000, p.117). A

sociedade da época conheceu o Supletivo como sendo um projeto de escola do futuro, escola que se adapta a modernidade.

Os governos que se seguiram após o ano de 1964 romperam com as políticas propostas até então para a Educação de Jovens e Adultos.

Houve, então, uma redemocratização política em todo o país e as práticas pedagógicas retomaram seu papel e passaram a influenciar a criação de programas que efetivassem uma verdadeira escolarização para a Educação de Jovens e Adultos.

Isso resultou numa significativa melhora do atendimento ao público jovem e adulto no país e por conseqüência, esta modalidade de ensino obteve avanços significativos.

A década de 90 foi marcada pela relatividade dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas. As políticas monetárias se estabilizaram e isto se deve ao recuo do Ministério da Educação no exercício de suas funções de coordenar e redistribuir a provisão da Educação Básica para a EJA. Pode se afirmar, no entanto, que o governo não deixou de se responsabilizar pela EJA por completo, pois outras instâncias governamentais assumiram para si a tarefa de cuidar e coordenar este programa de alfabetizar os adultos.

O Programa Alfabetização Solidária (PAS) foi idealizado na década de 90, pelo Ministério da Educação, mas, todavia era coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária e tinha como objetivo principal reduzir as disparidades regionais em relação ao analfabetismo e consistia num programa de alfabetização inicial com apenas cinco meses de duração, destinado com prioridade ao público jovem e adulto. O programa teve uma expansão rápida, chegando à “866 municípios e

atendeu 776 mil alunos, dos quais menos de um quinto adquiriu a capacidade de ler e escrever pequenos textos, resultado atribuído pelas universidades ao tempo demasiadamente curto previsto para a alfabetização” (HADDAD, 2000, p. 124).

Pode-se dizer que na segunda metade deste século ocorreu um movimento muito importante em relação à ampliação da oferta de vagas para o ensino público brasileiro tornando esta instituição aberta a amplas camadas da população que antes não podiam estar na escola. Entretanto esta mudança não se estendeu as condições de melhoria de ensino e assim hoje temos muitas escolas sem muita qualidade, e HADDAD (2000, p. 126) coloca que hoje sofremos um tipo de exclusão educacional, pois “antes as crianças não podiam freqüentar a escola por ausência de vagas, hoje ingressam na escola, mas não aprendem e dela são excluídas de concluir os estudos com êxito”.

Dessa maneira, o jovem e o adulto, quando passaram pela escola, não conseguiram realizar uma aprendizagem que lhes atribuíssem autonomia na realização de suas tarefas no dia a dia. Haddad afirma que de fato “o percentual de analfabetos absolutos no conjunto da população veio declinando continuamente, alcançando na metade dos anos 90 um patamar próximo a 15 % dos jovens e adultos brasileiros” (HADDAD, 2000, p.126). Entretanto, em 1996, segundo Haddad, “quase um terço da população com mais de 14 anos não havia concluído sequer quatro anos de estudos”.

Estes dados nos mostram que ainda existe um desafio muito grande em relação à expansão e qualidade do ensino de jovens e adultos no Brasil. Cada vez se torna mais evidente que há a necessidade de uma oferta permanente de programas, não somente educacionais, que superem o modelo político e/ou econômico.

Esse breve histórico teve como objetivo mapear de forma geral a situação que viveu e ainda vive a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, e ele servirá como pano de fundo para verificarmos como esta modalidade de ensino se desenvolveu na cidade de Curitiba.

## **2. ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**

Após esta breve explicação, onde foram levantados alguns fatores históricos sobre a Educação de Jovens e Adultos em nível nacional, estaremos agora apresentando da mesma forma, alguns pontos considerados importantes para a consolidação da proposta desta modalidade de ensino na Rede Municipal de Educação da Cidade de Curitiba.

O início do trabalho com a Educação de Jovens e Adultos em Curitiba data de 1970, com a criação da Comissão Municipal do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização. Esta Comissão foi, inicialmente composta por professores da própria Rede Municipal de Educação e por pessoas envolvidas com a educação.

Do ano de 1970 até 1974, as turmas estabelecidas eram prioritariamente de alfabetização. Já de 1975 até 1982 aos poucos foram sendo acrescentadas as demais turmas denominadas de educação integrada.

No ano de 1984, além das turmas de alfabetização, a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba cria as turmas de pós-alfabetização.

A seleção dos professores, para atuarem na alfabetização de jovens e adultos, era divulgada pelos meios de comunicação (jornal, rádio e televisão) e os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação - SME - para a contratação dos alfabetizadores eram: ser estudante do 2º Grau ou 3º Grau; morar próximo às escolas que ofertavam o Ensino Supletivo e ter disponibilidade para o trabalho que,

geralmente, era no período noturno nas escolas da Rede Municipal de Ensino e prioritariamente, na periferia de Curitiba.

No ano de 1979 a SME de Curitiba criou o PAF - Programa de Alfabetização Funcional - que ocorreu, no período de 26 de abril do corrente ano até 30 de novembro, com carga horária de 164 horas. Esse treinamento, para professores alfabetizadores, preparou 34 profissionais, cada um deles recebeu um pacote contendo textos para leitura e encaminhamentos que poderiam ser feitos no trabalho com jovens e adultos.

Entre os anos de 1984 e 1986 foram implantados 90 postos de alfabetização. Durante esse período criou-se ainda a Divisão do Ensino Supletivo, sob responsabilidade dos profissionais do quadro próprio do magistério.

Inicialmente os profissionais que trabalhavam com o Ensino Supletivo não eram, obrigatoriamente, formados e para que esse quadro pudesse ser revertido, a Prefeitura, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e a UFPR - Universidade Federal do Paraná - implantou o projeto HAPRONT - Habilitação de Professores Não Titulados - para concluírem o 2º Grau com Magistério à distância. Esse programa priorizava o trabalho de formação através de módulos produzidos pelos professores da UFPR.

O objetivo principal desse programa era dar formação ao professor leigo que até este momento atuava no Ensino Supletivo. Inicialmente foram 250 professores a participarem do curso, não havendo nem evasão e nem repetência.

Muitos foram os relatos que expressavam a satisfação dos professores que foram habilitados por esse programa, mas LINHARES (1977, p. 213) citada por

HARACEMIV (2002, p. 66) ressalta que “são estes cursos que desde o nome identificam o professor como resíduos inominados que precisam ser reciclados, por força de um processo de formação, feitos na onda de fragmentação tão vivos na alienação do trabalho produtivo quanto na inversão informativa a que estamos mergulhados”.

HARACEMIV (2002, p. 66) afirma ainda que, em 1983, a Comissão do MOBREAL recebe críticas e apontamentos sobre os aspectos positivos evidenciados, bem como sugestões para o ano de 1984, que se mostram como um marco divisório na história da Educação Básica de Jovens e Adultos do Município de Curitiba.

A partir de então a Prefeitura Municipal de Educação busca capacitar professores envolvidos no processo, para garantir melhor produtividade.

Em 1986 acontece, em Curitiba, o 1º Encontro Municipal de Educação de Adultos, com o intuito de elaborar formas educativas de caráter participativo onde houvesse a reflexão coletiva, buscando superar dogmas e preconceitos.

Após analisar os documentos da época, HARACEMIV (2002) afirma perceber forte influência de Paulo Freire e de seus pressupostos na organização, bem como na estruturação da Educação de Jovens e Adultos em Curitiba.

Isto se evidencia nos documentos produzidos após o III Encontro Municipal de Educação Básica de Jovens e Adultos no ano de 1988, onde se afirma que o objetivo dessa modalidade era proporcionar a reflexão sobre o contexto sócio-econômico e cultural brasileiro presente fortemente no pensamento de Paulo Freire.

Em 1991, ocorre uma significativa reformulação no campo estrutural da EJA - (Educação de Jovens e Adultos) e os professores desta modalidade não são mais leigos e sim do Quadro Próprio do Magistério Municipal e passam por um processo de capacitação em EJA, além de a matrícula dos educandos adultos ser efetivada em unidades temáticas, conforme o nível de apropriação dos conhecimentos de cada um dos educandos em cada área do conhecimento. Neste sentido, o tempo de escolarização é determinado pelos educandos e não a priori.

A proposta da EJA - (Educação de Jovens e Adultos) em Curitiba passa a ser a oferta de um conteúdo significativo para a classe trabalhadora para suscitar uma elevação do seu padrão cultural e a inserção como cidadão atuante na sociedade no exercício pleno da cidadania (Proposta de Educação Básica de Jovens e Adultos, SME, Curitiba, 1992, p.9).

O que se percebe neste período inicial da década, após essas afirmações é que o discurso da EJA - (Educação de Jovens e Adultos) no município de Curitiba aponta para uma visão histórico-crítica da realidade tendo como discurso ideológico os ideais marxista.

Com a mudança na gestão da EJA, a partir de 1993, a ênfase político-pedagógica explicitada no material de apoio pedagógico de educando e na capacitação dos professores, é modificada para um discurso que busca apresentar-se, embora assim não se configure, como neutro.

Percebe-se ainda que a partir da segunda metade da década de 90 ainda são constantes os cursos para aperfeiçoar e atualizar os professores que atuavam na EJA - Educação de Jovens e Adultos - deixando clara a preocupação em estar capacitando os

profissionais da educação desta área de ensino, mesmo que esta por sua vez seja compreendida muitas vezes como mera preparação para o trabalho.

Segundo HARACEMIV (2001, p. 204) o que se percebe, portanto no discurso é a ênfase na preparação para o trabalho, e segundo Haddad “pensar a Educação de Jovens e Adultos, referindo-se apenas à dimensão do mercado, é reduzi-la a uma função meramente pragmática”.

Paulo Freire (1997, p. 269), afirma a posição de Haddad quando coloca “na visão pragmático-tecnicista o que vale é a transferência e saberes técnicos, instrumentais, com o que se assegure boa produtividade ao processo produtivo”.

Pode-se afirmar que Freire, dessa maneira, também condena a mera preparação para o mercado de trabalho. Essa concepção reduz o indivíduo à mera condição de técnico.

Da proposta pedagógica vigente a partir de 1991, apesar das mudanças de gestão, permanecem vigentes as seguintes características:

- a) para atender as especificidades do alunado curitibano, a Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba caracteriza-se diferencialmente do ensino regular e supletivo;
- b) não tem seriação;
- c) não há determinação de calendário que estabeleça o início e o fim do programa;
- d) apóia-se em material criado pela própria Secretaria Municipal de Educação, denominado Unidades Temáticas composta ao todo por 27 volumes;

- e) a aprovação do aluno se dá através do aproveitamento de 50% das Unidades Temáticas;
- f) a participação do aluno é incorporada à prática pedagógica do professor, pois através da sondagem feita pelo educador, este poderá determinar onde iniciar o trabalho e com qual Unidade Temática, bem como verificar que encaminhamentos poderá propor para atingir seus objetivos.

Assim, pode-se afirmar que inúmeros avanços foram percebidos na EJA em Curitiba, mas ainda muitos pontos necessitam de uma visão mais crítica por parte da Secretaria Municipal de Educação mesmo que esta tenha sido considerada uma secretaria que trabalha numa visão histórico-crítica.

Pode-se afirmar que a década de 90 para a EJA do Município de Curitiba obteve avanços, porém também foi marcada por retrocessos, tais como: os professores da EJA continuam sendo de Quadro Próprio de Magistério Municipal, porém sem a garantia de continuidade do seu trabalho na EJA, pois trata-se de uma atuação na forma de RIT (Regime Interno de Trabalho), o que implica em descontinuidade no trabalho com jovens e adultos e o não aproveitamento da capacitação destes professores. Além disso, a ausência de pedagogos no acompanhamento didático-pedagógico da EJA no Município pode comprometer a qualidade do trabalho nesta modalidade educacional.

### **3. ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CURITIBA**

Dentre as atribuições destinadas ao vice-diretor das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, presente no artigo 80 do Decreto nº 589/96, no item 2, encontra-se a seguinte: “Auxiliar o diretor na administração da escola de forma a assegurar a execução do Projeto Político Pedagógico definido principalmente no período noturno”.

Afirma-se neste Decreto, ainda vigente, que é de fundamental importância à atuação do vice-diretor na Educação de Jovens e Adultos.

Essa atuação por sua vez, ganha nas Unidades Escolares um enfoque administrativo, pois o vice-diretor tem uma responsabilidade muito mais administrativa do que pedagógica.

A partir da Portaria nº 01/91, a Instrução Normativa de Funcionamento da Educação Básica de Jovens e Adultos para as quatro primeiras séries do 1º Grau da Rede Municipal de Ensino de Curitiba item 3.1, afirma que a “Educação Básica de Jovens e Adultos será de responsabilidade da escola com apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal da Educação”.

Isto posto, pode-se afirmar que o papel do vice-diretor é ofertar e administrar o espaço escolar noturno para que os alunos jovens e adultos tenham a possibilidade de estudar, ficando sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação o acompanhamento pedagógico.

No item 3.2, da mesma Instrução Normativa, encontramos a seguinte afirmação: “Cabe à Secretaria Municipal de Educação garantir as condições para que a escola ofereça recursos físicos, humanos e materiais para o funcionamento da Educação Básica de Jovens e Adultos”.

Por recursos físicos entende-se as dependências da escola, por recursos materiais entende-se giz, quadro, papel, cadernos, etc. E por recursos humanos entende-se “professores, cantineiras e vigilantes presentes diariamente, direção, secretaria, supervisão, orientação e serviço de mecanografia conforme planejamento da escola” (Portaria nº 01/91, item 3.2 c).

O papel pedagógico, conforme já foi mencionado, é garantido pela Secretaria Municipal de Educação.

Embora a Portaria 01/91 afirme, a garantia de condições vinculadas a recursos humanos para a EJA, o trabalho pedagógico nas escolas que ofertam atualmente esta modalidade, não ocorre como deveria, uma vez que, este apoio fica sob responsabilidade da organização da própria unidade escolar, portanto não há a presença do pedagogo para auxiliar os professores que atuam com a Educação de Jovens e Adultos e o vice-diretor tem obrigações e atribuições essencialmente administrativas. Percebe-se que existe uma lacuna entre o professor da Educação de Jovens e Adultos e a equipe pedagógica da escola.

O que é garantido pelo Anexo da Portaria nº 07/91, que ainda está vigente, em relação a atendimento pedagógico, no item 4.6, é o seguinte:

“Às quatro horas de permanência do professor serão destinadas ao assessoramento na escola, e/ou Divisão de Ensino Supletivo. Na semana destinada à permanência na escola o horário poderá ser cumprido no período diurno (manhã ou tarde), um dia por semana ou no período noturno, 48 minutos diários antes ou depois do horário de aula com os alunos”.

Isso posto, significa que o professor da Educação de Jovens e Adultos poderá ser orientado pelo pedagogo se ele tiver disponibilidade de horário, no período diurno, pois não existe a obrigatoriedade da presença do pedagogo no período noturno, cabendo ao vice-diretor fazer a articulação entre os períodos diurno e noturno.

Na Portaria nº 01/91, no item 3.2 c, afirma-se que a escola poderia disponibilizar um orientador educacional ou supervisor educacional para o período noturno caso exista um planejamento escolar.

Entretanto, nos concursos de remoção (concurso interno realizado pela Secretaria Municipal da Educação todo o final de ano para que os profissionais da Rede Municipal de Ensino possam escolher outros locais e turnos de trabalhos) não aparecem vagas no período noturno para pedagogos nem para professores na Educação de Jovens e Adultos.

Isto evidencia que nenhum profissional tem a possibilidade de optar em mudar seu período de trabalho, pois, não aparecem vagas para o período noturno. Mesmo assim, ainda está em vigor a Portaria que afirma que a escola poderá disponibilizar um orientador educacional ou supervisor educacional, dependendo do seu planejamento escolar.

É muito importante o trabalho que o pedagogo desenvolve com os professores em seus momentos de estudos, pois o ensino é um conjunto de atividades cuidadosamente planejadas, em torno das quais conteúdos e formas articulam-se inevitavelmente e nas quais os professores e os alunos compartilham parcelas cada vez maiores de significados com relação aos conteúdos.

Assim, pode-se afirmar que é extremamente necessária a presença do pedagogo junto aos profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos, pois, este auxiliaria na construção das propostas de trabalho, intervindo, sempre que necessário, para possibilitar ao educando melhores condições de aprendizagem.

Dessa forma, o pedagogo, junto ao professor da Educação de Jovens e Adultos, poderá compreender e interpretar contextos e realidades e fazer as articulações necessárias entre saberes, possibilitando a melhor aprendizagem. Nesta linha de trabalho, a qualidade do atendimento aos Jovens e aos Adultos que retornam à escola poderia ser melhor e conseqüentemente, afetaria toda a organização escolar.

Embora, a proposta pedagógica afirme que o pedagogo poderá atender a EJA caso isto conste no planejamento da escola, isto não exime a Secretaria Municipal de Educação de garantir a sua disponibilidade no ensino noturno, sem comprometer o trabalho pedagógico no turno diurno.

#### **4. LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Vivemos num momento de transição entre dois períodos: um século que se finda e um que se inicia.

Tanto um quanto o outro período, de diversas mudanças, que trazem possibilidades, incertezas e dúvidas. A educação está inserida neste contexto e assim vive todos esses impactos de mudanças.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem múltiplos propósitos e os campos que movem tais propósitos são bem diferenciados “núcleos de trabalhadores do campo e indígena, operários e trabalhadores informais, mães e pais de família, grupo de terceira idade” (HADDAD, 2002, p.120).

Entretanto, mesmo envolvendo um público tão diferente entre si, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade que expressa sua “opção por setores vulneráveis em condições de marginalização socioeconômica e de desigualdade de oportunidades educativas” (HADDAD, 2002, p. 122).

Atualmente percebe-se na Educação de Jovens e Adultos a prioridade de temáticas que venham de encontro à necessidade de “estabelecer um perfil mais aprofundado do aluno e assim poder garantir ao adulto que retorna a escola a possibilidade de relacionar sua prática com o que se aprende ou com o que se busca na escola” (HADDAD, 2002, p. 122).

A Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, em 1990, estabeleceu como estratégia, atender a necessidade do adulto e do jovem no que

diz respeito aos conteúdos, por meios e modalidades de ensino e aprendizagem apropriados a cada um dos educandos.

Para Paulo Renato Souza (Ex-Ministro da Educação), citado por Haddad “é necessário recuperar para jovens e adultos que ficaram à margem do processo educativo, a oferta de uma formação que lhes garanta condições mínimas de ingresso e competição no mercado de trabalho” (HADDAD, 2002, p. 204).

O Ex - Ministro Paulo Renato Souza, comentando sobre a Educação de Jovens e Adultos na Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe em janeiro de 1997, afirma existir uma dicotomia entre formação geral e formação para o mercado de trabalho e deixa evidente não poder referenciar-se a educação de jovens e adultos apenas ligada à dimensão do mercado de trabalho uma vez que este jovem precisa de uma formação humana ligada à formação profissional.

Essa dicotomia deixa confusa a verdadeira função da Educação de Jovens e Adultos, tornando-a “meramente pragmática” (HADDAD, 2002, p. 204).

Paulo Freire afirma que “na visão pragmático-tecnicista o que vale é a transferência de saberes técnicos, instrumentais em que se assegure boa produtividade ao processo produtivo” (FREIRE, 1997, p.269).

Zemelmann (1994, p. 10), citado por Haracemiv (2000, p. 210), seguindo a mesma linha de Paulo Freire, afirma que essa mera preparação para o trabalho é um “retrocesso da história que reduz o indivíduo pensante à mera condição de técnico”.

Isto deixa claro a necessidade de encarar o retorno desse jovem e adulto não meramente para um preparo para o mercado de trabalho, mas sim avançar em direção a uma concepção mais ampla que considera o indivíduo em todas as suas dimensões.

A grande ênfase deveria, dessa forma, ser alicerçada na totalidade do indivíduo, bem como no enriquecimento de sua capacidade de análise e compreensão da realidade. Assim, o sujeito neste contexto considerado como jovem e adulto que retorna a escola, passa a ser visto como ser ativo do seu próprio processo histórico, contribuindo para o processo de criação do conhecimento e de transformação da realidade.

O que se percebe atualmente, nas pesquisas sobre esta modalidade de ensino é um descaso por parte dos governos e um exemplo disso, segundo Haddad é a diminuição progressiva dos orçamentos e a convocação de pessoal não-profissional ou mesmo de voluntários para desenvolver atividades próprias do setor: em muitos casos, qualquer um que saiba ler e escrever pode se tornar um “alfabetizador” (HADDAD, 2001, p. 205).

Percebe-se, através dessas afirmações, que nos últimos anos o Estado se descomprometeu com a Educação de Jovens e Adultos, transformando-a numa educação de segunda classe.

Existe a consciência de que a educação por si só, não resolve problemas, tais como: pobreza, violência, desemprego, entretanto pesquisas afirmam que “sem educação não há crescimento possível” (HADDAD, 2001, p. 210).

Paulo Freire nos alerta para observarmos os limites e as possibilidades da ação educativa perante a situação em que estamos vivendo atualmente. “Se, de um lado, a

educação não é a alavanca das transformações sociais, de outro, estas não se fazem sem ela” (FREIRE, 1997, p.267).

Portanto, se faz necessário encarar a real situação da educação brasileira como algo que precisa de mudanças e isto faz parte de algo muito maior do que dar informação ou críticas.

Ribeiro, em 1999, afirma:

“É inevitável e necessário incorporar como estratégias de estado a opção por destinar maiores recursos e por organizar projetos e programas explicitamente destinados a favorecer as crianças e as pessoas jovens e adultas de extratos em situação de problema.” (RIBEIRO, 1999, p. 25)

## 5. ENFRENTANDO OS DESAFIOS DO FUTURO

A escola pública brasileira busca superar ainda o caráter elitista que até então era a característica primordial dessa instituição.

No momento que se inicia um novo século, também se busca ampliar a oferta de vagas na escola pública não só destinada a Educação de Jovens e Adultos, como para o Ensino Fundamental e Médio.

O que se pode afirmar é que realmente ampliou-se a oferta de vagas à Educação de Jovens e Adultos, entretanto essa ampliação não foi, segundo Haddad “acompanhada de uma melhoria das condições de ensino de modo que, hoje, temos mais escolas, mas sua qualidade é muito ruim” (HADDAD, 2000, p.125).

Essa afirmação de Haddad é muito forte, mas ao mesmo tempo muito coerente, uma vez que os governantes consideram importante aparecer na mídia que existem muitas vagas que realmente o governo se preocupa com a educação e assim vão sendo mascarados os reais problemas existentes e persistentes da educação pública.

Atualmente, os alunos são excluídos do processo ensino-aprendizagem o que os levam a serem adolescentes e logo adultos sem escolarização. Isto é uma falha do sistema de ensino e não é culpa do aluno que quando retornar à escola poderá já estar empregado tendo que conciliar trabalho e estudo. Agora esse adolescente adquire apenas uma escolarização básica, precária, tanto na leitura quanto na escrita e será considerado, pela sociedade, um analfabeto funcional, ou seja, exercerá sua cidadania sem questionar ou realmente apropriar-se do conhecimento.

Os dados atuais mostram que o percentual de analfabetos absolutos vem declinando. Nos anos 90, o índice estava próximo dos 15% de analfabetos (HADDAD, 2000, p.125).

Esse índice pode ser considerado, pelos governantes, como uma vitória, mas o que se sabe é que um terço da população com mais de 14 anos não concluem sequer quatro anos de estudos. Conforme Haddad (2000, p. 125), dados denotam, entretanto, que são necessários mais de quatro anos de escolarização para que os sujeitos sejam considerados alfabetizados.

Como a população adulta, que já se evadiu do sistema ou foi evadida não consegue manter-se estudando, a categoria de analfabetos funcionais abrange metade da população de jovens no Brasil (HADDAD, 2000 p. 126).

A história brasileira, segundo Haddad (2000, p. 127), “nos oferece claras evidências de que as margens da inclusão ou da exclusão educacional foram sendo construídas, simétrica e proporcionalmente, a extensão da cidadania política e social, em íntima relação com a participação na renda e o acesso aos bens econômicos.”

Isto posto, vale ressaltar que é necessário rever as propostas já estabelecidas e pensar na Educação de Jovens e Adultos como sendo uma modalidade que visa não só a escolarização, mas também que busca conscientizar os adultos e adolescentes para o exercício de sua cidadania.

---

## REFERÊNCIAS

CADERNO ANPED, nº. 6. Belo Horizonte/1994.

FREIRE, Paulo. Desafios da educação de adultos frente a nova reestruturação tecnológica. In: **Cadernos Pedagógicos “A educação no século XXI”** APP-Sindicato, 1996.

GUIDELLI, Rosangela **“A prática pedagógica do professor do Ensino Básico de Jovens e Adultos: Desacertos, tentativas, acertos”** São Paulo: Ediouro, 1996.

HADDAD, Sérgio. **Escolarização de Jovens e Adultos**, Revista Brasileira de Educação, nº 14, 2000.

HARACEMIV, Sônia Maria Chaves. **O professor e o programa de EJA (Educação de Jovens e Adultos) de Curitiba, repensando o que é afirmado negado e sugerido.** São Paulo/2002. (Tese de Doutorado).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Decreto nº. 589/96**, Curitiba 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação, **Portaria nº. 01/91. Parecer nº 011/2000, CNE/CEB** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão, **Alfabetismo e Atitudes: pesquisa com Jovens e Adultos.** Campinas: Papyrus; São Paulo: Ação Educativa, 1999.

ZANETTI, Maria Aparecida. **“As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos”** Revista da Aduel – Sindipol, Londrina, v.2, nº2 p. 41 – 48, 1997.